

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

BARROS, Alexandre de Souza Costa . Alexandre de Souza Costa Barros (depoimento, 2013). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (1h 55min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPQ). É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Alexandre de Souza Costa Barros
(depoimento, 2013)**

Rio de Janeiro

2019

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): Adriana Marques do Nascimento; Celso Castro;

Técnico de gravação: Ninna Carneiro;

Local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil;

Data: 17/12/2013 a 17/12/2013

Duração: 1h 55min

Arquivo digital - áudio: 3; Arquivo digital - vídeo: 3; MiniDV: 3;

Entrevista realizada no contexto do projeto “História Audiovisual das Ciências Sociais no Brasil”, desenvolvido com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), entre dezembro de 2012 e dezembro de 2015, com o objetivo de constituir um acervo audiovisual de entrevistas com cientistas sociais brasileiros. Para ter acesso à transcrição e ao vídeo da entrevista [clique aqui](#).

Temas: **Brasília; Brazilianistas; Carreira acadêmica;** Ciências Sociais; Civis e militares; Colégio Interamericano de Defesa; Ensino primário; Ernesto Geisel; Escola Superior de Guerra; Exército; Família; Formação acadêmica; Formação profissional; Golpde de 1964; Homenagens e condecorações; Indústria bélica; Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj); José Bina Machado; Metodologia de pesquisa; Militares; Pontifícia Universidade Católica; Regime militar; Socialismo; Sociologia; União Nacional dos Estudantes; Universidade de Chicago.

Sumário

Entrevista: 17/12/2013 Origens familiares; formação dos pais; formação no ensino primário e científico; graduação e carreira acadêmica; convocação para servir ao exército; a experiência de servir como recruta (1961/1962); graduação em Ciências sociais; a graduação em sociologia e política na Pontifícia Universidade Católica (PUC); trabalho como voluntário na União Nacional dos Estudantes (UNE); o curso na Pontifícia Universidade Católica (PUC); professores marcantes; experiência do Golpe de 1964; o estágio no Instituto de Ciências Sociais (ICS); a ida para a Universidade de Chicago; o medo de uma possível prisão durante a ditadura militar no Brasil; viagem para Chicago e a adaptação; histórias da chegada em Chicago; estudos do programa de cursos regulares e o mestrado; a tese sobre os militares; o interesse na pesquisa sobre os militares; a volta para o Brasil para pesquisa de doutorado (1970); acontecimentos durante a ditadura; lembranças do General Bina Machado; a proximidade física com os militares; a ida para a Escola Superior de Guerra (ESG); a contribuição da experiência com os militares para a sua pesquisa; a visita da polícia em sua casa em 1974; a prisão de Fred Morris (pastor protestante preso e torturado na ditadura); a estadia na Escola Superior de Guerra (ESG); confusão entre sociologia e socialismo; a pesquisa entre os militares; opinião dos colegas acadêmicos sobre a estadia na Escola Superior de Guerra (ESG); métodos de pesquisa de campo; pesquisa para o doutorado; a experiência da pesquisa e os métodos utilizados: diário de campo, observação participante; suspeitas do meio acadêmico na aproximação com a Escola Superior de Guerra (ESG); a ida para o IUPERJ – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro; o convite para a posse do General Geisel à presidência da República; comentando o trabalho de Alfred Stepan e dos brasilianistas; tese de Doutorado; a influência de Morris Janowitz; a defesa de sua tese, menção e a não publicação da tese; as críticas sobre a tese; os artigos escritos sobre a indústria bélica; o IUPERJ – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro de 1979 a 1985; a expulsão e o rompimento institucional e pessoal; o Comitê de Pesquisa sobre Forças Armadas e Sociedade; a passagem pela George Washington University onde lecionou no Instituto de Estudos Brasileiros; o Programa Minerva; aulas na Universidade da Flórida; seminários sobre relações civis e militares; repercussão da tese; o convite para escrever sobre indústria bélica para a revista Papyrus em 1987; os grupos de estudos estratégicos; a passagem e a adaptação para o mundo da consultoria; o trabalho na Unieuro em Brasília; trabalho com militares durante a consultoria; experiência de ter ganho

uma medalha – Ordem Santos Dummont; o colégio Interamericano de Defesa; um livro que marcou sua formação como cientista social.

Entrevista: 17/12/2013

C.C. – Bom, Alexandre, em primeiro lugar, obrigado por ter aceito...

A.B. – É um prazer.

C.C. – ...o convite para participar dessa pesquisa. Vamos começar falando da sua trajetória, alguns dados biográficos, e da sua formação. Você nasceu aqui no Rio de Janeiro.

A.B. – Carioca.

C.C. – Em 1942, não é?

A.B. – Em 1942.

C.C. – Podia falar um pouco da família de origem e da sua escolaridade antes da universidade?

A.B. – Da parte de mãe, paulistas, bisavô falido – sabia jogar, caçar mulher e plantar café, mas ele não entendia direito a relação entre essas coisas e aí acabou perdendo três fazendas de café e deixou a família na miséria. Então, de um lado, eu vim disso. De outro lado, um avô português, filho de português, comerciante e *acho* que comunista – ele nunca me disse que era comunista, mas ele era, certamente, um cara de esquerda –, e que trabalhou na Western, na Light e na Texaco, a vida inteira, em multinacional. Do lado paterno, um avô mineiro que era dentista e que migrou para o Rio na época da Grande Depressão e foi dentista do Lloyd, da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro, e a minha avó era de uma família de um médico. O pai dela era médico em Tabuleiro do Pomba, que fica perto de Juiz de Fora. Meu pai fez escola secundária, foi funcionário civil do Ministério da Marinha e, depois, trabalhou durante muitos anos numa empresa do Grupo Peixoto de Castro que vendia ferro e aço, e minha mãe era professora pública do Rio de Janeiro, do município do Rio. Sou filho único, fui criado na Tijuca, o que, remotamente, tem algumas coisas a ver com os militares, porque era um bairro que tinha muito militar, era perto do Colégio Militar, então várias dessas coisas foram se somando. Acho que é basicamente isso. Estudei no Instituto de Educação, o primário, e depois

fiz o ginásio e o científico no Colégio São José, que era um colégio marista, externato – eles tinham um internato, naquela época –, e depois fui para a PUC, onde eu me graduei. Fiquei um ano aqui, trabalhando com o Philippe Schmitter, e aí fui para Chicago, orientando dele, fiquei lá, fiz meu mestrado e os cursos para o doutorado e depois voltei para o Brasil e, em 1975, fui lá para escrever a tese, com uma bolsa da Capes. A primeira bolsa foi uma bolsa integral da Fundação Ford.

C.C. – Mas antes um pouco, voltando, quando você terminou seu curso secundário, você foi convocado para servir no Exército.

A.B. – Fui convocado para servir no Exército, por uma crueldade do destino. Fiz concurso para o CPOR e fui reprovado em Matemática, como de resto tinha sido, a vida inteira, reprovado em Matemática, em todas as circunstâncias. E, com 58 anos, eu vim a descobrir que eu sofria de uma coisa que no meu tempo não tinha nem diagnóstico, chamada discalculia, que é uma dislexia para números. Então os algarismos dançam e vão para qualquer lugar. É feito o disléxico com as letras: ele tenta escrever uma coisa e sai tudo trocado. E por isso eu fui reprovado e, antigamente, as pessoas que eram reprovadas... Antes da minha incorporação, as pessoas que eram reprovadas no exame do CPOR ganhavam 3ª categoria e não serviam. Nesse ano, não sei por que, o Exército resolveu nos punir e eu fui servir como soldado no 2º Batalhão de Infantaria Blindado (2º BIB), que era em São Cristóvão, ali no complexo de quartéis que tinha do lado da via férrea, entre a via férrea e a Quinta da Boa Vista. Tinha ali um Grupo de Canhões Antiaéreos 40; tinha o 2º BIB; tinha um outro quartel qualquer; a Escola de Equitação do Exército; e depois tinham os outros quartéis, do outro lado da Quinta, que eram regimentos e batalhões do tempo do Império, ainda.

C.C. – Essa experiência... Você serviu como soldado... como recruta?

A.B. – Como recruta, soldado raso. Fiz um curso de cabo, e por alguma razão... Eu queria ser cabo motorista, porque cabo motorista vive passeando e não tem que fazer sacrifício, mas, por razões que eu desconheço, eu fui enquadrado como mecânico de armamento pesado, o que significou eu fazer um curso numa companhia de manutenção de armamento leve em Realengo.

Foi muito bom porque lá era meio expediente, e o meu quartel era expediente inteiro. Então conta-se, entre as minhas habilidades, saber consertar canhões, obuses e morteiros.

C.C. – Isso foi em que ano? 60 e...?

A.B. – Em 1961 e 1962. Eu fui incorporado em junho, se não me engano, ou julho de 1961. E a primeira coisa que nós pegamos foi a renúncia do Jânio Quadros, porque aí o meu batalhão foi deslocado para Bauru. E depois a gente soube que, estrategicamente, nós, com 45 dias de Exército, éramos supostos de..., em Bauru, que era um grande entroncamento ferroviário, segurar o pessoal de Mato Grosso, se o pessoal de Mato Grosso resolvesse descer para se juntar ao Rio Grande do Sul e dar posse ao Jango. É claro que não aconteceu nada. Ficamos 13 dias lá, aquartelados numa estação de estrada de ferro, em Bauru, e voltamos e ouvimos discursos do coronel, até o fim da minha incorporação, sobre a jornada heroica de “Boru”, como ele chamava.

C.C. – “Boru”?

A.B. – “Boru”. Era Bauru.

A.M. – [risos] Você fez concurso para o Colégio Militar?

A.B. – Não. Ah, perdão, fiz. Não passei em Matemática.

A.M. – Mas por que o concurso para o Colégio Militar? Porque era colégio público?

A.B. – Basicamente, porque era muito mais barato. Foi uma coisa que meu pai queria porque era muito mais barato, mas eu não passei em Matemática. Pensando retrospectivamente, acho que teria sido um grande desastre, se eu tivesse estudado no Colégio Militar. Foi ótimo: fui para o colégio marista, que não era grande coisa, mas eu acho que eu me daria muito mal com a disciplina militar.

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

C.C. – Mas então você serviu o quê, nove ou dez meses?

A.B. – Não, foram dez meses, porque foi a incorporação que... O Jânio Quadros tinha reduzido o serviço militar, por conta de economia.

C.C. – Mas você gostou dessa experiência, ou não? De alguma forma ela foi útil no futuro, quando você foi...?

A.B. – Ela acabou sendo útil acidentalmente, quando eu fui fazer a tese. Mas eu não achei nada gratificante. Era um negócio horroroso: tinha que acordar cedo, andar fardado, cabelo cortado, aquelas coisas todas. E ali tinha uma armadilha, que era a ponte de São Cristóvão: a gente tinha que passar por cima da ponte de São Cristóvão para ir para o quartel, e volta e meia a Polícia do Exército fechava aquela ponte e começava a medir o cabelo de todo mundo e prendia as pessoas. Eu nunca fui preso por causa disso, não. Eu fui detido uma vez por três dias, três feriados, porque... Uma conversa social, estava eu, o tenente, que era um troglodita, o comandante da minha companhia e um major. O major me fez uma pergunta e eu respondi a ele, e o tenente me disse assim: “Você não pode falar com o major sem a minha autorização”. “Mas ele me perguntou.” “Não interessa. Vai ficar detido por três dias.” E lá fiquei eu três dias no quartel: 1 e 2 de novembro e um sábado ou um domingo, sei lá.

C.C. – Nessa época, havia alguma discussão, vamos dizer, mais política sobre a conjuntura desses governos, quer dizer, a renúncia do Jânio e a questão do impasse da posse do Jango, o Jango entrando num arranjo para que fosse parlamentarismo e depois...?

A.B. – Havia, mas isso tudo era fora do quartel. Quer dizer, no quartel, não tinha nenhum eco disso. A única coisa que eu me lembro, a única menção, foi que os sargentos comentaram que os oficiais estavam todos chorando, na saída de Bauru, porque o batalhão tinha sido deslocado, na realidade, para impedir o pessoal que fosse se aliar ao Rio Grande do Sul pela posse do Jango, e aí começou a correr um boato de que eles iam todos servir na fronteira e diz que tinha oficiais chorando e tudo. Mas eu não vi nada disso.

C.C. – Mas aí, mais por servir na fronteira, e não por... Não pela posse do Jango.

A.B. – Não, não. Eles seriam punidos, por terem se oposto à posse do Jango, com a grande ameaça daquela época, que era o tal do servir na fronteira.

C.C. – Bom, saindo do serviço militar, você optou por fazer graduação em Sociologia e Política na PUC.

A.B. – Fui fazer graduação em Sociologia e Política na PUC.

C.C. – De onde vem esse interesse?

A.B. – Nessa época eu já gostava de política. Gostava porque era moda. Quer dizer, eu tinha gostado na juventude, tinha feito campanha para o Jânio Quadros, participei de Comitê Jânio Quadros... – tinha 15 anos, nessa época. E aí, então, fui para... Um dia, um amigo meu me disse: “Vamos até a UNE”, e eu fui à UNE. E chego lá, estavam recrutando voluntários para organizar o congresso da UNE que ocorreu, naquele ano, em Quitandinha. Quer dizer, isso foi em maio, e o congresso ocorreu em julho. E eu fui como voluntário administrativo. E, de repente, no meio lá daquilo, me chamaram para uma reunião. Eu digo: “Mas que reunião?!”. Aí: “Não, é uma reunião nossa. Vem cá e tal e coisa”. E um conhecido meu me deu um abraço e disse: “Você é um dos nossos”. Acho que ele até hoje trabalha na Fundação. Chama-se Marcos Arruda. E, desse jeito, eu virei membro de uma coisa que chamou-se Grupão, que depois virou a Ação Popular. Mas eu nunca dei muito certo com isso, porque eu era muito indisciplinado para esse tipo de coisa, esse negócio de centralismo democrático, que todo mundo tem que pensar igual. E, no fundo, eu era uma pessoa muito mais de orientação libertária. Mas essa experiência de organizar o congresso da UNE – e eu depois organizei outro, em Santo André – foi muito interessante, porque eu descobri um dia, dando um balanço na minha vida, que eu passei a minha vida indo a congressos, seja como participante, seja como palestrante, seja como organizador, e eu organizei várias coisas desse tipo: trabalhei três anos na organização dos congressos do Fundo Monetário Internacional, uma vez aqui no Rio e

depois mais duas vezes em Washington, e por aí eu fui organizando eventos. É uma coisa que eu tinha, naquela época, bastante tecnologia.

C.C. – E lá na PUC você ficou de 1963 a 1966, não é?

A.B. – Exato.

C.C. – Como é que era o curso? Você teve uma boa experiência? Os professores, os colegas... O que você tem para lembrar dessa experiência de ensino?

A.B. – Os colegas eram bons. Vários são amigos até hoje, e muitos estão mais distantes, porque eu moro em Brasília, hoje em dia eu venho pouco ao Rio, depois que minha mãe morreu. Mas foi boa.

C.C. – Quem era da sua turma?

A.B. – A Lucia Lippi; a Maria Laís Pereira da Silva, que é da Universidade Federal Fluminense; o Arthur Jáder Cunha Neves, que depois foi exilado; o Arlindo Fábio Gómez de Sousa, que foi da Fiocruz. Essas eram as pessoas mais próximas. Isso se agregava, em geral, em torno da base da Ação Popular, que era uma coisa ainda incipiente e, como eu disse, para a qual eu não entrei; eu fui entrado por acaso.

C.C. – E os professores?

A.B. – Os professores... A escola era uma escola católica. O líder intelectual da escola – e histórico – era o padre Fernando Bastos de Ávila, que foi um dos primeiros sociólogos aqui no Brasil e que tinha uma visão de sociologia muito acadêmica, muito europeia. O grande ídolo da esquerda era um padre chamado padre Ozanan – nem lembro o resto do nome dele –, que era um sujeito de esquerda, etc. Mas o professor mais admirável que eu tive se chamava Artur Hehl Neiva. Ele era um enciclopedista. Eu me lembro que, naquela época, ele tinha uma biblioteca respeitável, com 25 mil volumes, em casa. E o Neiva dava um curso muito interessante chamado Introdução às Ciências Sociais, em que ele falava de tudo. Então ele abriu

o mundo para a gente. Eu me lembro porque... Eu adorava as aulas dele, mas a posição oficial da esquerda é que ele era muito reacionário. E a Lucia Lippi, uma vez, em conversa pessoal, há, sei lá, cinco ou dez anos atrás, ela me disse: “Eu não entendia nada do que o Neiva falava”. E eu entendia tudo, porque ele estava falando de coisas que me eram muito familiares, em matéria de tecnologia, etc., porque esse meu avô que foi da... Meu avô materno, que trabalhou na Texaco, etc., ele tinha... Minha família morou junto com a família... com meus avós até eu ter dez anos, e ele era um sujeito que, apesar disso tudo, tinha uma grande proximidade passional com a cultura americana, então ele fazia cursos de radiotécnico, por correspondência, numa escola americana que mandava os materiais toda semana, mandava ferro de soldar, mandava a solda, como construir um rádio etc. Até, hoje, eu vou jantar com uma amiga minha, e estava comentando com ela sobre isso e ela disse: “Que coisa curiosa! Meu avô teve a mesma experiência mais ou menos na mesma época”. Então eu aprendi uma coisa que eu tenho até hoje: eu tenho uma capacidade manual de mexer com coisas pequenas. Não mexer com coisa grande. Não é... Trocar roda de carro já é uma coisa muito grande, mas coisas pequenas, eu aprendi com meu avô, nesse período que a gente morava junto. Ele tinha uma oficina de radiotécnico amador em casa. Não era radioamador; era de radiotécnico amador.

C.C. – O arquivo do Artur Hehl Neiva está aqui no Cpdoc.

A.B. – Ah, é? Que beleza!

C.C. – Bom, você pegou, no meio da sua graduação, o golpe de 1964. Como é que ele foi vivido na sua geração e, em particular, por você?

A.B. – Eu passei quatro dias indo ao cinema – eu ia para o cinema às 2h da tarde e voltava depois da meia-noite –, porque havia um grande pânico de quem é que ia ser preso. No dia da Marcha da Família, nós fomos, um grupo de pessoas que era da Ação Popular, para a casa de uma amiga que era filha de um diplomata, no Jardim Botânico. Eu morava na Tijuca, a maior parte dos meus colegas morava na Zona Sul, e eu me lembro que eu tomei um ônibus que fazia ponto final na rua que eu morava. O ônibus veio *apinhado* de gente. Ele passava pelo Passeio Público. Quando chegou no Passeio Público, o ônibus esvaziou, foi todo mundo para a Marcha da Família, e eu fui para a casa da Tetê, para essa reunião. E aí era um tal de telefonemas

desencontrados... “Fulano quebrou a perna.” “Mas como quebrou a perna?” Aí diziam: “Não, é porque ele foi preso”. Então era um negócio completamente amador. O irmão dela resolveu esconder alguns documentos que, naquela época, eram muito... ou nós *achávamos* que eram muito comprometedores, e o irmão dela teve a brilhante ideia de botar isso tudo numa bacia e botar dentro da caixa d’água flutuando. Só que essa bacia foi deslizando pela água até perto de onde caía a água e molhou tudo. Aí alguém telefonou e disse: “Queima tudo”. Aí ficamos nós tentando queimar não sei quantas folhas de papel numa casa..., em suma, uma casa de frente de rua, no Jardim Botânico. Então foi uma sucessão de desastres. A PUC teve uma atitude bastante decente com algumas pessoas que não puderam ficar no Rio, então ela transferiu essas pessoas para São Paulo – basicamente, quem eu me lembro que foi parte desse grupo foi o presidente do diretório, que se chamava Vicente Carlos y Plá Trevas, e teve mais três outras pessoas –, e vieram algumas pessoas de São Paulo na mesma situação, e uma dessas pessoas, que foi meu amigo durante algum tempo, chamava-se Fernando Bezerra de Menezes. E aí, depois, o terceiro e o quarto ano, o regime militar já estava instaurado, a gente mais ou menos já sabia o que acontecia, e eu fui... Eu trabalhava no Instituto de Ciências Sociais [ICS], que era aqui na rua Marquês de Olinda. Nessa época, o Instituto não tinha ensino; era só pesquisa. E eu estava lá num grupo de pesquisa e...

C.C. – Você estava como estagiário, assistente...?

A.B. – Estagiário. Eu comecei a trabalhar...

C.C. – Fazendo o curso, ainda?

A.B. – Fazendo o curso na PUC. Eu comecei a trabalhar muito cedo. Quem me indicou para as primeiras posições foi uma amiga minha chamada Miriam Limoeiro Cardoso, que era do quarto ano da faculdade. E aí eu por lá fiquei. E um dia chegou um americano chamado Philippe Schmitter, que ficou aquartelado lá, digamos assim, teve uma guarita institucional para fazer a pesquisa doutoral dele. Eu fiz um curso que ele deu, fui o segundo colocado, ele me convidou para trabalhar com ele e eu fui assistente de pesquisa dele por dois anos – aprendi *muito*, muito mesmo –, e depois ele... A gente falava eventualmente de eu ir para os Estados Unidos estudar etc. Um dia ele me mandou uma carta e disse: “Você continua com aquela ideia de vir para os

Estados Unidos estudar?”. Eu digo: “Continuo”. Ele disse: “Olha, eu aceitei um emprego na Universidade de Chicago. Você gostaria de ir?”. Eu digo: “Sim”. Quinze dias depois chegou um pacote de coisas, que eu preenchi e mandei, e fui aprovado, fui aceito pela universidade.

C.C. – Só uma dúvida: no ICS, foi na mesma época que o Gilberto Velho estava lá estudando, não?

A.B. – Não, não. Nessa época...

C.C. – Ele é de 1945. Ele era um pouquinho mais novo.

A.B. – Ele era três anos [mais novo]. Nessa época...

C.C. – Porque ele mencionou que fez um pequeno estudo lá, com alguém sobre burocracia militar. Fiquei curioso em saber.

A.B. – Não, não. O Schmitter não estava trabalhando com isso, não. O Schmitter estava trabalhando com sindicatos e entidades representativas. Eu me lembro, dessa época, tinha o pessoal que trabalhava com o Luciano Coutinho¹... É Coutinho? Acho que é Luciano Coutinho.

A.M. – É presidente do BNDES, agora.

A.B. – Não, então não é, não. É um outro professor. É o Luciano... É um sujeito que é amigo do Fernando Henrique. Não lembro o nome dele.

A.M. – Ah, sim! Nossa! Esqueci o nome. Eu vou lembrar.

A.B. – Depois tinha o grupo de pesquisa do Pessoa de Queiroz, que era uma coisa sobre as elites...

¹ Referiu-se, na verdade ao sociólogo e cientista político Luciano Martins, que foi assessor especial do presidente da República no governo Fernando Henrique Cardoso e embaixador do Brasil em Cuba entre 1999 e 2003.

C.C. – Maurício Vinhas de Queiroz?

A.B. – Não, não era o Maurício, não. Era outro. Não, não era... Eu vou lembrar daqui a pouco.

A.M. – Não está falando do Leôncio? Leôncio Martins?

A.B. – Não, não. O Leôncio era... São Paulo era outro mundo, nessa época. Nessa pesquisa, trabalharam: o Pedro Carvalho de Mello, que é economista hoje; um rapaz chamado Lincoln Bicalho Roque, que era comunista histórico, e um dia ele foi preso, na porta do Instituto de Ciências Sociais. E um colega dele que era completamente apolítico, chamado Kleber Lemos da Silva, disse: “Pois é, eu vi um sujeito que parecia um amigo do Lincoln abraçando ele e querendo levar, e ele não queria ir. Acho que o amigo dele estava bêbado”. Não, ele estava sendo preso. E o Kleber, quando eu voltei de Chicago, eu fui procurar, vim ao Instituto de Ciências Sociais – estava à procura de emprego –, e perguntei pelo Kleber e me disseram que o Kleber tinha morrido no Araguaia. Eu e o Kleber fomos próximos, porque eu fazia fotografia e ele estava começando a fazer fotografia. Então foi mais ou menos isso.

C.C. – Você chegou a ter medo de ser preso, nessa época? Ou tua militância não era tão relevante?

A.B. – Não, a minha militância não era relevante. Teve uma ocasião em que prenderam todo o pessoal da Ação Popular aqui do Rio. Eram umas 30 ou 40 pessoas. Ficaram presos acho que quatro ou cinco dias, e teve um processo. Eu tenho vários amigos dessa época – alguns, amigos até hoje – que foram presos nessa circunstância. Um deles teve uma prisão muito peculiar, porque ele era o único que já era formado e teve prisão especial, então, foi obrigado a ficar separado de todo mundo que ainda era estudante. Chamava-se Márcio. Chama-se Márcio. Então, nessa ocasião, eu tive por bem me refugiar na casa de uma conhecida minha, que era uma inglesa que tinha um antiquário no Largo do Boticário, só pitoresco. E lá fiquei dois dias e pronto. Depois foi todo mundo solto e...

A.M. – Mas a ida para os Estados Unidos, a opção de ir para os Estados Unidos, de fato, não tinha a ver com essa situação.

A.B. – Com o quê?

A.M. – Da militância.

C.C. – De risco...

A.M. – De risco.

A.B. – Não, não. Não teve nada que ver com isso. Eu acho que era uma oportunidade. E eu sempre tinha pensado nisso. E boa parte disso, influência do meu avô, de eu ter crescido numa casa em que um avô falava inglês e a minha mãe falava inglês, traduzia livros e tinha uma correspondente nos Estados Unidos. Ela se correspondeu com essa senhora durante 70 anos. Depois eu até levei-a aos Estados Unidos para conhecer a correspondente dela, quando ela já tinha quase 80 anos. Então, não, foram coisas independentes, foram trajetórias independentes. Aí eu me formei. O primeiro emprego foi no Sesc. Nós tivemos um treinamento – eles tinham um centro de treinamento aqui na rua Bambina –, e quando eu cheguei para ser apresentado ao meu emprego na Diretoria Nacional do Sesc, em frente ao Santos Dumont, eu entrei numa sala enorme, cheia de mesa, medi a sala com os olhos e disse assim: “Se eu não fizer nenhuma besteira, daqui a 30 anos eu vou estar sentado naquela mesa. E não é isso que eu quero”. Um mês depois, eu pedi demissão e fui trabalhar na organização de outro congresso, do Fundo Monetário Internacional, e também aprendi muito.

C.C. – E aí, chegando em Chicago, como é que foi sua adaptação?

A.B. – [riso] Cômica.

C.C. – Não chegou no inverno, não, não é?

A.B. – Cheguei no inverno.

C.C. – Então foi trágica.

A.B. – Cheguei lá no dia 20... Eu tinha a admissão e não tinha a bolsa, aí eu fui a treze lugares. Primeiro eu fui à Fundação Ford, o Peter Bell não estava lá, que era o representante, e depois eu fui a outros doze lugares e não consegui nada. Quando eu soube que o Peter tinha voltado, voltei e disse: “Olha, fui a esses lugares todos e não consegui nada”. Ele disse: “Mas você já está admitido em Chicago?”. Eu digo: “Estou”. Então ele disse: “Ah, então, tudo bem. Vai tranquilo, a gente vai ver”, e não se falou mais nisso por uns 20 ou 30 dias. Um dia, a secretária dele telefonou, eu fui lá, ele me recebeu com uma conversa de cerca-lourenço que não levava a nada. De repente, ela entrou com uma pastinha, mostrou para ele, ele leu, assinou uma carta, um papel, e disse: “Agora você tem uma bolsa”. Isso foi em novembro. Eu já estava com tudo que eu precisava para ir aprontado: já tinha tirado passaporte e aí, com isso, tirei meu visto e tudo. E o Peter me disse: “Você se prepara para partir no dia 25 de dezembro de noite. Passa o Natal com a sua família. E vai ter uma reunião em Nova York dos bolsistas da Ford”, que foi, na realidade, a primeira geração de cientistas políticos brasileiros profissionais. Foi nessa ocasião que eu conheci o Antonio Octavio Cintra, o Simon Schwartzman, o José Murilo de Carvalho, que eram pessoas de Minas, que era outro mundo. Rio era uma coisa; Minas era outra; São Paulo era outra coisa. E aí, no dia 25 de dezembro, lá fui eu para o Galeão antigo. Tomei um avião, saltei em Nova York, meus pés congelaram, nevou de tarde; eu estava desesperado; entrei num táxi e disse ao motorista: “Me leva para o Macy’s”. Era a única loja que eu tinha ouvido falar, porque um amigo tinha morado lá e conhecia o Macy’s. Ele disse: “Qual Macy’s? O da rua 34?”. Eu digo: “Não sei. Qualquer Macy’s”. De repente, o motorista parou num sinal, ele era o terceiro ou quarto carro, abriu a porta e fugiu. Eu estava no banco de trás, e o motorista abriu a porta, deu uma batida com a porta e desapareceu. Quatro e meia da tarde em Nova York era noite, no inverno. E eu fiquei lá, aterrorizado. Porque eu disse o seguinte: “Eu nunca vi isso nem em filme nem em comédia. Eu não sei se aqui é hábito, os motoristas fugirem dos carros. Daqui a pouco, vai abrir esse sinal e aí vai chegar um guarda e vai dizer o seguinte, ‘cadê o motorista?’, eu vou dizer que ele fugiu. O guarda vai dizer, ‘o senhor está brincando!’”. Eu já era razoavelmente proficiente em inglês. Mas, no finzinho... – porque naqueles sinais das ruas com as avenidas, fica aberto muito tempo para as avenidas – de repente, ele voltou e me disse que tinha ido depositar o pagamento da conta de eletricidade

dele, porque tinha que estar carimbada pelo correio daquele dia. Quer dizer, eu tinha saído de um país em que, para botar uma carta no correio, você tinha que ir no correio, e ninguém pagava nada pelo correio, e por aí afora. E eu tive uma outra história pitoresca que, depois de eu estar com tudo pronto para viajar, nesse dia 25 de dezembro, chegou uma carta de uma senhora chamada Cassandra Pyle, que já morreu, que era decana de estudantes estrangeiros, dizendo que eu não fosse porque eu tinha tirado 90 na prova de redação em inglês e a nota mínima era 94. Eu entrei em pânico. Acabou o sonho. Aí fui conversar com um cara que também estava fazendo doutorado nessa época, aqui, chamado Tom Bruneau, que estudou a Igreja no Brasil, e mostrei a carta para o Tom e ele disse: “Alexandre, você nunca recebeu essa carta”. Eu disse: “Mas, Tom, como nunca recebi a carta? Está aí, você está vendo”. Ele disse: “Olha aqui, eu vou dizer umas coisas para você. Primeiro, essa mulher que assinou isso é uma burocrata; ela deve assinar 40 cartas dessas por dia; ela não é ninguém na estrutura universitária americana”. Mas a carta dizia: “Decana assistente de estudantes estrangeiros”. “Então você vai. Você nunca recebeu essa carta.” Eu digo: “Mas está aí a carta, Tom”. Ele disse: “Olha aqui, eu vou te dizer uma coisa: todo mundo nos Estados Unidos acha que o correio brasileiro é uma merda, então, as cartas se perdem e não chegam, e você nunca recebeu essa carta. Você vai embora e vai fazer isso”. Eu respirei fundo, tomei coragem, repensei e fui. E aí, no dia que eu cheguei lá, primeiro... Eu me hospedei já direto na casa do Schmitter. Cheguei do aeroporto e fui direto para a casa dele. Isso era dia 2 de janeiro, eu acho, 1 ou 2 de janeiro de 1968. Aí eu fui me apresentar no escritório dessa senhora. Ela foi muito cordial e disse assim: “E o senhor não recebeu a minha carta?”. Eu digo: “Que carta?”. Aí, como tinha me dito o Tom Bruneau, “se você não for, você vai ter um grande problema, você vai deixar de estudar lá; se você for, *ela* vai ter um problema, porque ela vai ter um cadáver do qual ela vai ter que se livrar”. E aí ela ligou para o Schmitter, conversou com ele uns três ou quatro minutos – eu só ouvi o lado de cá da conversa –, e me puseram numa coisa chamada condicional de língua, e eu fiquei nisso, sei lá, durante três meses e nunca mais ouvi falar, e descobri, em 15 dias, que eu falava inglês melhor do que todos os brasileiros que eu tinha conhecido no campus até então, que eram *quase* todos. E aí comecei a estudar lá. Nunca tinha ouvido falar da Universidade de Chicago. Ela era muito conhecida aqui pelo Departamento de Economia, mas não em Ciência Política. A única pessoa que tinha lá nessa época, meu colega – e a amizade com ele acabou tendo a ver com depois eu ir parar na Escola Superior de Guerra [ESG] –, era o Mário Brockmann Machado,

que tinha sido meu contemporâneo da PUC: ele estudava Direito; eu estudava Sociologia. Ele era uns dois anos na minha frente. Ele estava lá e aí a gente se conheceu, ficou amigo etc.

C.C. – E com...

C.C. – Com o Schmitter, você chegou a fazer cursos regulares? Ou já se dedicava à tese? Como era a história?

A.B. – Não, não. Eu fiz o programa inteiro. Eu fiz três anos de cursos regulares, com essa bolsa da Ford; escrevi a minha tese de mestrado, que foi sobre burocracia, chama-se *O Estado cartorial*; e depois fiz tudo que tinha que fazer para o doutorado e vim embora fazer a pesquisa já com uma proposta de fazer uma tese sobre os militares.

C.C. – E de onde surgiu o interesse de estudar os militares?

A.B. – Primeiro teve um seminário, lá na universidade, no curso regular, um seminário dado pelo Morris Janowitz e pelo Aristide Zolberg, que, aliás, acabou de morrer agora, esse ano ainda – em abril, ele morreu –, sobre militares no Terceiro Mundo, e daí eu digo: “Isso é um tema. O Brasil tem um governo militar. E vamos fazer isso”. E o Janowitz realmente foi uma influência muito marcante na minha vida, porque ele era o grande especialista em sociologia civil militar, autor de um clássico chamado *O soldado profissional*. E aí nós ficamos amigos e tudo isso. E por aí foi. Aí eu estudei lá, fui ao Congresso Mundial de Sociologia, muito prosa, apresentei um *paper* sobre os militares no Brasil. A sala estava apinhada de gente. Tinha gente saindo pela janela. Foi na Bulgária, esse congresso. Na Bulgária, em 1970. Aí quando anunciaram que eu era da Universidade de Chicago, a sala esvaziou, porque eram todos cubanos, então eles... Provavelmente, eu não ia dizer o que eles queriam ouvir. E eu fui tirar o visto em Paris e pedi um visto fora do passaporte, e me deram... Quando eu voltei lá, uns dois dias depois ou um dia depois, me deram uma cartolina dobrada e o meu passaporte. Eu andei um quarteirão, abri meu passaporte, tinha um visto búlgaro lá. Você chegar no Brasil de volta com um visto búlgaro era uma coisa potencialmente complicada. Eu voltei e o cara disse: “Mas o senhor não disse que queria fora do passaporte? Nós demos”. Ele deu um fora e dentro. E aí,

consultando meus amigos diplomatas... “Vou perder o passaporte.” “Pelo amor de Deus, não perde porque a gente... Se você perder, a gente, para emitir outro, vai depender de autorização do SNI”. Então eu voltei jogando uma roleta, para ver o que acontecia. Não aconteceu nada, mas, não sei por que, no Galeão velho, eu e um diplomata que era do gabinete do ministro fomos os últimos sujeitos a sair da alfândega ali, daquela área de alfândega. Eu digo: “Não, claro”. Segundo tinha contado a dona Alzira Vargas do Amaral Peixoto, que era mãe de uma colega de turma minha, a Celina, ela dizia que a parte mais perigosa de uma viagem ao exterior é entre você entrar na alfândega e chegar no avião, porque ali é que eles sumiam com as pessoas. Mas aí não sumiu e acabou. E depois, quando houve um outro episódio, alguém disse: “Não, a gente tinha anotado...”. Um militar. “A gente tinha lá uma cópia do seu visto para a Bulgária.” Isso já foi em 1975... em 1982.

C.C. – Mas você voltou ao Brasil para fazer a pesquisa do doutorado aqui?

A.B. – Foi. Eu cheguei aqui em 1970, em novembro de 1970 ou outubro de 1970... Em novembro de 1970, e comecei a procurar emprego e, por acaso, encontrei na PUC com o Gláucio Soares, que estava em Brasília e me convidou para ir para Universidade de Brasília. Eu fui lá e fiquei dois anos e depois voltei. E, nesse período, o pai do Mário Machado...

C.C. – Depois voltou para...?

A.B. – Voltei para o Rio. Não aguentei Brasília. Nessa altura dos acontecimentos, o pai do Mário, que se chamava General João Bina Machado, era um general de três estrelas, ele estava me ajudando. Ele me apresentava a coronéis e tal e coisa e conversava comigo. Mas era aquele negócio de você entrevistar militar: você, quando entrevista um coronel, não é ele que fala, é o posto. Ele só diz o que um coronel diria. Então eu cheguei à conclusão que eu não ia muito longe com isso. Mas continuamos. Aí o pai do Mário foi promovido a general de quatro estrelas, foi nomeado para o IV Exército, que naquela época era Recife, e ficou pouquinho tempo lá e veio para o Rio comandar o I Exército. Aí ele saiu do I Exército rapidamente. E, não sei se essa história é verdadeira ou apócrifa, teria sido porque ele tinha dito que não ia ter tortura aqui, e aí ele foi imediatamente demitido. E, nessa ocasião, ele ficou na casa do comandante do I Exército, que fica ali na rua General Canabarro, na Tijuca, ao lado do palacete

Laguna, e eu me lembro que ele ficou lá um mês ou um mês e pouco sem sair. Eu ia visitá-lo lá. Eu suspeito que ele tenha ficado... Era uma prisão disciplinar. Mas prisão de oficial superior, você não sabe. E aí ele tinha um grande pepino, o Exército tinha um grande pepino: “O que a gente faz com o Bina? Porque o Bina não quer tortura, mas ele é um soldado profissional exemplar”. Então abriu – ou abriram, não sei – uma vaga na Escola Superior de Guerra e o general Bina Machado foi comandar a Escola Superior de Guerra. Um dia, o Mário me ligou...

C.C. – Você chegou a conversar com ele sobre isso, sobre...

A.B. – Não.

C.C. – ...sobre esse boato da tortura?

A.B. – Não. Essas coisas... Nunca, ninguém, durante os dois anos que eu estive na Escola Superior de Guerra, falou de tortura.

C.C. – Era um tema tabu, não se tocava?

A.B. – Talvez fosse um tema falado entre os militares. Para nós, não. Quer dizer, eu era um civil, eu não era do corpo permanente porque não tinha idade e eu estava lá porque o general me queria lá. Então, quando o general foi nomeado para a Escola Superior de Guerra, um dia o Mário me ligou e disse: “O velho quer conversar com você. Ele pediu para você ir lá na ESG”. Eu disse: “O que ele quer comigo?”. Ele disse: “Ele quer te oferecer um emprego”. Eu digo: “Ô Mário, você está de porre!”. Ele disse: “Não, é verdade”. Aí eu fui lá e o general me disse: “Olha, eu estou aqui comandando esse negócio, é um bando de advogado, eu queria ver se mudava isso”. Aí foram grandes discussões. Duas pessoas que eram minhas amigas próximas naquela época, o Wanderley Guilherme e o Simon Schwartzman, discutindo aquilo. E eu acabei indo para a Escola Superior de Guerra, com a ideia que eu ia mudar a cabeça dos generais. E eles, provavelmente, com a ideia de que eles iam mudar a minha cabeça.

C.C. – Isso foi quando?

A.B. – Isso foi em 70 e...

C.C. – Em 1973? Em 1974?

A.B. – Em 1973. Eu fiquei lá em 1973 e 1974.

C.C. – Mas você foi como assessor do general, e não como aluno.

A.B. – Não, não fui como aluno. Eu fazia tudo que um membro do corpo permanente fazia, mas eu não tinha idade para ser membro do corpo permanente.

C.C. – A idade mínima era 35 anos?

A.B. – 35, eu tinha 32. Então eu fiquei lá. Era um arranjo que eu trabalhava lá três vezes por semana, ganhava pelo Ipea, mas eu tinha todas as obrigações do corpo permanente.

A.M. – Para a sua pesquisa, essa proximidade física com os militares...?

A.B. – Foi fundamental, porque eu tive uma experiência que eu acho que poucas pessoas da minha geração tiveram: eu servi no Exército como soldado e depois fui direto para um ponto muito mais alto, onde estudavam generais, coronéis, civis gradados daquela época etc. Então foi uma coisa muito importante, porque eu consegui ver as duas pontas do Exército. E lá fiquei dois anos. Depois, eu já estava meio pronto para ir para Chicago, aí houve um episódio aparentemente meio misterioso na minha vida. Naquela época, foi misterioso e foi aterrorizante. Morávamos no Jardim Botânico, eu e a Maria Lúcia – vivíamos juntos, mas ainda não éramos casados –, e um dia a gente saiu, foi à casa da minha mãe – era o dia 5 de outubro de 1974 –, e quando nós voltamos, a Maria Lúcia disse assim: “Alguém esteve aqui em casa. Tem coisa fora do lugar. Isso aqui...”. No sofá tinha um pôster dela que alguém tinha sentado e esgarçado o pôster na dobra. Ela estava... Tinha esticado. Bom, aí, fala, liga para o oficial de segurança da Escola Superior de Guerra, vai ao Distrito Policial, apresenta queixa e não sei o quê, e discussões, “o que é?”. O Luiz Alberto Bahia, que era um jornalista nosso amigo, a interpretação dele é que era uma briga entre a linha dura e a abertura do Geisel e que eu era um

peão, que eu estava sendo jogado para cima e para baixo. Mas na segunda-feira saiu na *Coluna do Castello* a notícia que tinha sido preso no Recife um americano chamado Fred Morris, que, naquela época... A visita da polícia à minha casa foi o seguinte... Nós soubemos isso pela irmã da empregada, que trabalhava para o César Guimarães. Porque ela começou a trabalhar lá num sábado de tarde, nós tínhamos saído, e de repente chegaram três caras armados de revólver, entraram na casa com uma moça e ficaram lá durante três horas. A pobre da empregada nova, debaixo de revólver. E aí a irmã dela nos contou que... contou ao César Guimarães – a irmã dela trabalhava para o César Guimarães – que eles tinham revistado a casa toda, não tinham feito nenhuma baderna e tinham... Alguém deu um telefonema e disse assim: “Olha, aqui é o Araújo. Acho que tem um engano, o homem aqui é da Escola Superior de Guerra”. E do mesmo jeito que eles chegaram, eles sumiram. E resulta que o Fred Morris era um pastor protestante que estava em Recife, era muito ligado ao Dom Helder Câmara, foi preso, foi brutalmente torturado e depois foi expulso do Brasil e era um *stringer Time*, escreveu uma matéria de uma ou duas páginas no *Time* sobre a tortura no Brasil, que foi um negócio péssimo para o governo. E quando o Fred esteve no Rio, ele tinha uma namorada – ele tinha se separado da mulher –, ele foi me visitar. E essa era a moça que estava com os três policiais que foram lá em casa. Porque em algum momento ela pediu para ir ao banheiro e a empregada foi levá-la ao banheiro e ela disse: “A senhora tem uma escova de dentes? Porque eu estou presa e eu não escovo os dentes há três dias”. Agora, para recuperar essa história toda foi um negócio muito complicado, porque na segunda-feira, meu telefone emudeceu, eu saí de casa, fomos para a casa do Wanderley, e de lá da casa do Wanderley eu liguei para o chefe do Estado-Maior do I Exército... Quer dizer, liguei para um coronel da Escola Superior de Guerra que estava em Brasília, ele me deu o telefone do general Leônidas Pires Gonçalves, que era o chefe do Estado-Maior, e ele disse: “Não, professor, o senhor fique onde está. Por favor, me dê seu telefone”. Ligou de volta daí a dez minutos e disse: “O senhor pode voltar para casa. Às nove horas vai uma pessoa lhe procurar em meu nome, vai se identificar”. E chegou lá um sujeito, se identificou, era um sargento à paisana, examinou a casa e disse: “Quem esteve na sua casa não foi ladrão; foi polícia”. E, realmente, a única coisa de valor que eu tinha nessa época eram duas câmeras, porque eu era fotógrafo. E aí terminou essa história. E eu fui... Depois me chamaram lá, o general me convidou para ir visitá-lo, lá no...

C.C. – O Leônidas?

A.B. – O Leônidas. Ele era chefe do Estado-Maior do I Exército. E eu conversei lá e tal e coisa. Meses depois, eu encontrei com o coronel da segurança, que se chamava Sérgio Pasquali, no casamento do filho do, naquela época, coronel Wilberto Luiz Lima, e eu disse: “Obrigado, coronel”. Ele disse: “Obrigado por quê?”. Eu disse: “Ah, por causa...”. Ele disse: “Não, não aconteceu nada”. Então é uma coisa que não tem registro. Mas, foi isso. E aí, depois... Isso era uma coisa muito persecutória, porque quando eu cheguei nos Estados Unidos, eu fui fazer uma palestra em Nova York, qual foi a primeira pessoa que eu vi lá no lugar? Foi o Fred Morris. E, durante muito tempo houve discussões se o Fred era realmente um cara amigo do Dom Helder ou se ele era um sujeito da CIA que tinha sido preso por engano, que foi uma hipótese que foi levantada pelos jornais e a embaixada americana rapidamente se mobilizou, e isso reforçou as suspeitas paranoicas da CIA. Mas não, isso tinha sido, basicamente, por causa da experiência do golpe no Chile. Então as embaixadas estavam com ordem de... Qualquer cidadão americano que fosse preso em ditaduras da América Latina, era para a embaixada intervir rapidamente e tirar as pessoas do país.

C.C. – Durante essa estadia na ESG, você tinha a sensação de estar sendo observado, de alguma forma?

A.B. – Nada.

C.C. – Ou não?

A.B. – Não. Nunca tive a sensação de estar sendo observado, mas, também, nunca ninguém conversou comigo sobre assuntos que eram dos militares. Mas aconteciam coisas como, por exemplo... Um negócio que era sempre discutido na imprensa era o aumento dos militares. E um dia, eu me lembro que estava essa discussão de aumento, um oficial da Marinha virou: “Olha o meu contracheque”. E eu fiquei surpreso, porque eu descobri que ele, com 45 anos, capitão de mar e guerra, ganhava menos do que eu ganhava aqui na Fundação, como professor, com 32 anos. Eu aprendi essas coisas, vamos dizer assim, sociais a respeito deles em dois anos, mas nunca houve nenhuma sensação de estar sendo observado nem nada disso.

C.C. – O fato de ter feito o serviço militar, isso de alguma forma te tornava mais familiar, ou não? Ou você era apartado de um determinado ambiente?

A.B. – Não, eu não era apartado; eu era tratado igual como eram todos os civis. Uma vez um coronel fez um comentário comigo, ele disse: “Intelectual servindo no Exército é uma raridade, porque intelectual não serve, porque tem peixada ou tem pé chato”, ou seja, tem algum contato ou então tem pé chato. Mas eu servi. E eu acho que de alguma maneira... Isso nunca me foi dito, mas eu acho que despertava uma certa simpatia para eles, o fato... “Bom, esse cara aí é um cara que pelo menos já passou pelo Exército.”

C.C. – Você menciona no “Apêndice metodológico” [da tese] que a confusão entre sociologia e socialismo era muito comum nos militares.

A.B. – Era muito comum.

C.C. – Mesmo quando eu fiz pesquisa de campo, tempos depois, ainda tinha um pouco isso: sociólogo era meio sinônimo de socialista. Na ESG não se colocava isso de alguma forma, achar que você tinha... devia ter ideias...?

A.B. – Não. Acho que aí... Na ESG valia a máxima do Exército: o comandante me botou lá, é isso. E todo mundo batia continência, me tratava muito bem, com muita polidez, nunca houve nenhuma intimidade, quer dizer, de frequentar casas nem nada. Duas pessoas ficaram mais ou menos próximas, que foram: esse capitão de mar e guerra chamado Júlio Sérgio Vidal Pessoa, que tinha sido ajudante de ordens do presidente Castello Branco e me ajudou na pesquisa, me contou histórias etc., e o coronel Wilberto Luiz Lima, que tinha muita simpatia por mim.

A.M. – Sobre a sua pesquisa, conversavam com você, na ESG?

A.B. – Não.

A.M. – Nunca tiveram curiosidade sobre...?

A.B. – Eu também não falava demais sobre...

C.C. – Mas você declarava que estava fazendo uma pesquisa?

A.B. – É, eu também não dizia que estava fazendo uma pesquisa no nível de detalhe que eu fiz, ou que eu faria.

C.C. – Como é que era vista a sua estadia na ESG, pelos colegas acadêmicos? Tinha algum medo de você estar lá, alguma coisa proibidora? Ou não?

A.B. – Não. Não tinha porque isso foi, como eu disse, fartamente discutido, basicamente, naquela época, entre o Simon, o Wanderley e eu e a gente chegou à conclusão que tudo bem, quer dizer, que não tinha problema nenhum. Mas eu nunca senti nenhuma insegurança nem nenhuma preocupação da parte dos meus colegas acadêmicos, pelos menos dos que me eram mais próximos. Porque dos mais distantes, eu não sei.

C.C. – Porque não era uma coisa comum, de forma alguma.

A.B. – Não, de jeito nenhum. A minha experiência é totalmente incomum, não é? Então foi uma coisa mais ou menos inédita.

C.C. – Porque a ESG, para muitos, você menciona até na sua tese “o mito da ESG”, ainda era, para muitos, visto como o grande centro da maldade, mesmo não sendo. Da maldade, assim, da ditadura.

A.B. – Já tinha sido. A ESG, nessa época, já tinha perdido o bonde da história.

A.M. – Nossa! Em 1973, 1974?

A.B. – É. A ESG era um lugar para onde iam os militares de bom grado, depois da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, e muitos civis que queriam se aproximar dos militares,

mas ela não tinha mais esse papel todo, não. Ela já estava completamente marginalizada politicamente.

C.C. – Você menciona como que ela devia ser um local de elite, mas que as elites reais não se enquadravam e não passavam, vamos dizer assim, no crivo da ESG, então...

A.B. – É. Tinha um ou outro empresário que ia para lá. Em geral eram caras que estavam interessados em fazer contato com os militares para melhorar um pouco a situação deles, empresarial. Mas isso também era uma coisa que... Não era explícito.

C.C. – Você fazia entrevistas, fazia diário de campo? Ou não, você depois...?

A.B. – Eu anotava todas as coisas que me chamavam a atenção. Não fiz entrevista específica com nenhum deles. Agora, isso foi muito valioso, porque, como eu disse, antes, quando eu ia entrevistar as pessoas que o general Bina Machado me indicava, eu entrevistava o posto; não entrevistava a pessoa. Lá não, eu conversava com as pessoas, almoçava com elas, ouvia as queixas, ouvia comentários. Quer dizer, não havia um ambiente de hostilidade, mas havia uma parede invisível além da qual nem eu ia nem eles iam. Mas me deu uma noção muito boa de o que era a cultura militar de quartel e a cultura militar da elite militar.

C.C. – Você fez o que os antropólogos chamariam de observação participante.

A.B. – Exatamente. Aliás, eu menciono isso na tese.

C.C. – Embora... Quer dizer, a ESG era mista, também: tinha os civis.

A.B. – Mas era claramente militar. Quer dizer, os militares mandavam.

[FINAL ARQUIVO I]

C.C. – Mas eu queria insistir mais nessa experiência de pesquisa, quer dizer, o que a gente chamaria de métodos de pesquisa. Você fazia um diário, vamos dizer, de campo, anotava as coisas que achava relevante?

A.B. – É, não fazia um diário sistemático. Também porque, nessa época, não se escrevia muita coisa. Quanto menos coisa escrita você tivesse, melhor.

C.C. – Tinha o medo, também, de ser apreendido.

A.B. – É. Porque aí, de repente, daqui que você prove que focinho de porco não é tomada... Militar não vê pesquisa; militar vê espionagem.

C.C. – Certo. Você comentou aqui, no intervalo, que deve muito ao Schmitter esse tipo de interesse, de fazer pesquisa na Ciência Política. A Ciência Política, é uma grande tradição, lida com dados já prontos, e não...

A.B. – Mas, com o Schmitter, eu fiz pesquisa... Quer dizer, perdão, fiz muita entrevista. O negócio dele era um grupo de interesse: sindicatos etc. Fiz *muita* entrevista.

C.C. – Isso, aqui no Brasil, ainda?

A.B. – Aqui no Brasil. Eu li 15... quer dizer, eu folhee e li 15 anos de *Correio da Manhã*, que era o melhor jornal da época, e também aprendi uma porção de outras coisas fazendo isso, porque você não folheia à toa, e uma disciplina de pesquisa, que era rara na Sociologia brasileira naquela época, ainda, e na Ciência Política estava começando. Então foi um grande aprendizado. Eu devo isso muito ao Schmitter.

C.C. – Só uma dúvida. Você mencionou o Simon e o Wanderley, que você conversava com eles sobre...

A.B. – Nós éramos muito próximos.

C.C. – Sim, na questão da ESG, “se devo ou não”, “sim, não tem problema”. Agora, no meio acadêmico *at large*, as pessoas não achavam... Que você encontrava e: “você está na ESG?”. Não havia uma suspeita política ideológica?

A.B. – Não tinha muito meio acadêmico *at large* nessa época. Quer dizer, eu estava trabalhando um tempo aqui na Fundação; dei um curso no Iuperj, que, aliás, foi o melhor curso que eu dei na vida, sobre origem e perspectivas do Estado Nacional. Tive um aluno, mas foi uma beleza.

C.C. – Isso quando?

A.B. – Isso foi em 1974. O Luiz Henrique Bahia. Já morreu.

C.C. – Quer dizer, você voltou e estava no Iuperj?

A.B. – Não, não. Isso... Quando eu voltei de vez é que eu fui para o Iuperj em tempo integral. Até então eu só tinha dado esse curso, que foi um curso que eu montei que eu acho um curso fantástico. Era basicamente um curso de história social, política e tecnológica dos séculos XV, XVI e... É, XIV a XVII, que foi a época de construção do Estado Nacional, que é uma época muito pouco estudada. Quer dizer, a gente, na escola, estuda a Idade Média e, depois, de repente acontece a Revolução Francesa, e esse período não é muito estudado.

C.C. – Mas eu pergunto porque você está na ESG em 1973, ou mesmo em 1974, quer dizer, o Geisel já tinha assumido o discurso da abertura, mas ainda... vamos dizer, a assim chamada linha dura ainda era muito forte.

A.B. – Um parêntesis: uma das minhas tarefas era corrigir os trabalhos, e os trabalhos mais notáveis, intelectualmente, eram os dos oficiais da linha dura. Eram muito mais interessantes do que os dos oficiais moderados, porque esses repetiam a doutrina. Os da linha dura tinham um ponto para defender.

C.C. – Lá dentro, você acompanhava alguma discussão ou conversa entre eles sobre essa transição, a abertura, “entrou agora o Geisel”?

A.B. – Não. Não se falava nada disso.

C.C. – Se falavam, era entre eles; não com você.

A.B. – É. Comigo, não. Um dia um amigo meu, diplomata, me ligou e disse assim... – ligou de Brasília, isso foi na época da posse do Geisel – ele disse: “Olha, quarta-feira você não vai trabalhar na ESG”. Eu digo: “Por que você está dizendo isso?”. “Você não vai trabalhar; você fica em casa. De manhã você liga, diz que não está passando bem e fica em casa.” Ele era muito meu amigo, eu fiz isso. Dito e feito. Deu 11 horas, me ligou meu chefe imediato e disse: “Alexandre, estamos alarmadíssimos aqui. Chegou uma correspondência para você da Presidência da República. Você quer que abra?”. Eu disse: “Claro!”. Eu já sabia o que era: era um convite para a posse do Geisel. Então o meu amigo armou isso exatamente para dar um empurrão para cima, lá na ESG. Mas foi muito divertido.

C.C. – Foi uma forma de disseminar a informação de que você foi convidado.

A.B. – Claro! Se eu recebesse aquilo... Chegou, está ali, eu abria e pronto. E, provavelmente, não ia falar com ninguém.

C.C. – E de onde veio o convite?

A.B. – Da Presidência da República. Esse diplomata depois foi chefe do Cerimonial do Geisel, o embaixador Jorge Carlos Ribeiro.

C.C. – Em 1971 saiu o livro do Stepan, em inglês, e depois vai ser publicado em português, em 1975, pela Artenova.

A.B. – É.

C.C. – Mas, em 1971, já tinha sido publicado. Você teve contato logo com esse livro?

A.B. – Tive contato logo. E aí, uma vez eu fui a Los Angeles, fui visitar... Basicamente, fui conhecer Los Angeles, porque eu ia... O Schmitter arrumou um estágio para mim em Berkeley, no verão. Então eu passei em Los Angeles; visitei o César Guimarães, que estava lá e depois, desesperado para sair, mudou-se para Chicago; e o Stepan morava lá, e eu liguei para o Stepan, disse quem eu era, que estava fazendo uma pesquisa sobre militares, se poderia conversar com ele. E o Stepan foi muito formal, disse: “Ah, pois não. Eu posso receber você amanhã, entre três e quatro da tarde”. E eu fui para a casa dele, lá em Santa Mônica, às três horas da tarde, e aos poucos, conforme a conversa foi se desenrolando, o Stepan descobriu que eu era uma mina de ouro para ele, e aí ele literalmente me trancou num quarto, num escritório lá, e não me deixou sair até eu ler a tese dele e comentar. Então eu li todo o rascunho da tese do Stepan, antes de ser terminada e defendida.

C.C. – E você veio a encontrá-lo outras vezes?

A.B. – Já. Já encontrei com o Stepan várias vezes. Me dei muito com ele.

C.C. – E qual é a sua visão do trabalho dele?

A.B. – Eu acho que o trabalho dele foi um trabalho muito importante, foi pioneiro. Claro, por um lado, com as limitações; por outro lado, com as vantagens, quer dizer, ele era um americano, ele se dava com o Vernon Walters, que era o adido militar, mas eu acho que é um trabalho muito valioso, muito importante, porque não tinha nada.

C.C. – Ele teve... O que sempre se diz é que, por ser brasilianista, ele tinha mais vantagem do que um brasileiro para estudar a instituição militar, na época. Você concorda com essa...?

A.B. – Eu concordo em parte. Eu acho que os brasilianistas, apesar do que se fala da competição entre os acadêmicos americanos, eles fizeram uma coisa muito interessante: quando eles começaram a vir para o Brasil, eles montaram um grupo de brasilianistas, que eu frequentei – e foi aí que eu conheci o Peter Bell, que depois veio a me dar a bolsa da Ford –, e eles se reuniam a cada 15 dias. O Schmitter – o Stepan já não estava mais nesse grupo, já tinha ido embora –, o Skidmore e outros que eu não me lembro agora o nome, eles se reuniam

regularmente, trocavam informações. Eles fizeram um manual do Rio de Janeiro, das livrarias, das bibliotecas, das fontes de pesquisa, e compartilhavam entre eles. Então eu acho que eles tinham a vantagem de serem muito mais organizados. E tinha uma mulher que se chamava, se não me engano, Susana Bacchi, que era especializada em vender obras literárias raras para os Estados Unidos. Ela tinha uma casa no beco de entrada, no Beco do Boticário. E uma vez eu fui lá e ela se colocou em frente dos livros e disse: “Não, isso aqui não é para brasileiro”. Então eu acho que eles tinham a vantagem que eles tinham organização e cooperação, e nós estávamos cada um perdido, fazendo a sua pesquisa.

A.M. – Tinha a ver com o método americano de se...

A.B. – É, de trabalhar, de cooperação e liberalismo. Quer dizer, competição é bom, mas uma certa cooperação ajuda todo mundo.

C.C. – Mas vendo pelo lado aqui dos militares brasileiros. Você mesmo menciona no “Apêndice metodológico” da sua tese que... Bom, em primeiro lugar, serem estrangeiros já tinha um certo paroquialismo ou provincianismo cultural, são estrangeiros; segundo, vêm de Harvard, vêm de Yale, vêm de lugares importantes, o que o meio acadêmico... *Outsiders*, também, com quem você pode falar mais à vontade do que falar com alguém que sabe-se lá com quem se relaciona e tal. Quer dizer, há um conjunto de questões que podem ter facilitado. Mas também, pelo meio acadêmico, eu não estava atuante nessa época, mas tinha uma suspeita de que eram agentes da CIA, por exemplo, acho que o Stepan, se não me engano, teve um financiamento da Rand para vir.

A.B. – Ele trabalhava para...

C.C. – Trabalhava para a Rand.

A.B. – Ele trabalhava na Rand. É, tinha essas coisas, que o Stepan e a... Como é que se chamava o outro, que fez pesquisa sobre militares no Peru? Não estou lembrado agora. Eles escreveram um livro juntos. Então tinha, mas também tinha muita paranoia nessa época: qualquer americano era da CIA. Não sei. O fato concreto, também – aí é organização –, é que, é claro,

as agências de inteligência americanas usavam, mesmo quem não fosse financiado, usavam o material que era produzido, porque eles consumiam muito material escrito. E aqui, acho que o pessoal não levava isso a sério. Quer dizer, a gente não tinha organização nem de pesquisa nem de inteligência militar ou inteligência governamental para fazer isso.

A.M. – Para usar os dados que eram coletados em pesquisas. Aí um pouco eu fiquei curiosa, porque você foi orientando do Schmitter, e ele se notabilizou pelos estudos sobre transição de regime, estudos comparados, grandes temas, e você fez a sua pesquisa com um método muito mais parecido com a pesquisa do Janowitz.

A.B. – Sim. Porque o Janowitz teve uma influência intelectual muito maior sobre mim, depois que eu o conheci, o que gerou também um certo ciúme da parte do Schmitter.

C.C. – Você encontrou várias vezes ou se correspondia com o Janowitz?

A.B. – Depois que eu conheci o Janowitz, eu... Ele gostou muito de mim, foi ele que me convidou para ir a esse congresso na Bulgária, o Congresso Mundial de Sociologia, e eu me dava com ele. Quando eu saí de Chicago para vir para cá, ele já estava no meu comitê de tese.

C.C. – Ele era a grande referência em sociologia militar americana.

A.B. – Era a grande referência em sociologia militar, naquela época. E quando ele leu a minha tese, já no fim, próximo da defesa, ele me chamou para uma conversa e me disse: “Olha, Mr. Barros, eu queria lhe dizer uma coisa. Eu não sei se o senhor se sente ameaçado, pelo que o senhor escreveu, pelos militares brasileiros. Porque nós temos uma coisa aqui que nós não divulgamos, no departamento, que se as pessoas que fizeram o trabalho estiverem eventualmente ameaçadas, pelo que fizeram no seu trabalho, a gente pode providenciar uma defesa secreta”, que é um negócio que depois a sua tese não vai para a biblioteca; fica num arquivo separado. E ele me perguntou: “O senhor gostaria que a gente fizesse?”. Eu disse: “Não, Mr. Janowitz, eu acho que está tudo bem”. E não teve problema. Eu também não divulguei a minha tese entre os militares. Mas, por exemplo, dei uma cópia ao general Bina

Machado – tem um agradecimento, se não me engano, a ele na introdução. Mas não tive nenhum problema por conta disso, não.

C.C. – O Stepan chegou a ajudar, ler, participar mais da tese?

A.B. – Menos. O Stepan estava em início de carreira, então ele não estava participando desse tipo de coisa. Ele estava preocupado com a vida acadêmica dele. Mas a gente se dava.

A.M. – E o trabalho dele também tinha um outro perfil, um perfil mais parecido com os trabalhos dos cientistas políticos americanos na época.

C.C. – O Janowitz era mais, vamos dizer, sociólogo do que...

A.M. – Exatamente. E o trabalho do Alexandre é mais parecido com um trabalho sociológico...

A.B. – É, eu acho que, no fundo, o meu trabalho é mais profundo do que o dele. Mas o dele é muito eficiente, é muito bom, e eu acho que foi uma grande novidade, porque não tinha nada escrito.

C.C. – E a defesa em si como foi? Foi tranquila?

A.B. – Foi muito tranquila. Foi o Schmitter; ele; eu; e o Lloyd Rudolph, que se declarou desde o início que ele estava ali porque precisava de um terceiro membro. O Lloyd Rudolph entendia de burocracia e de Índia. Mas, no fim da defesa, o Schmitter disse... – e eu acho que isso aí já foi fruto do ciúme dele do Janowitz – ele disse: “Eu não gosto dessa tese, mas eu sou obrigado a aprovar porque ela é muito boa”.

C.C. – Ele não gostou da sua tese?

A.B. – Não. Porque ele já estava numa certa pinimba comigo, nessa época. Isso já foi... Quer dizer, eu defendi a tese quando? Em 1975, eu acho.

C.C. – Em 1978.

A.B. – Não, 1978. 1975 foi quando eu fui para os Estados Unidos para defender. Mas tinha aí uma ciuemeira que não era só acadêmica; era também... Tinha que ver com política acadêmica americana, esquerda e direita. O Janowitz era considerado um reacionário, e o Schmitter era da nova esquerda etc.

C.C. – A tese recebeu uma menção honrosa. E não foi publicada.

A.B. – Não.

C.C. – Por que não foi publicada?

A.B. – Essa é uma história trágica.

C.C. – Porque... Bom, eu posso declarar gravando: sou fã da sua tese. Acho que foi a principal tese feita nesse... em todo esse longo período aí. É muito renovadora. Acho que teve outros trabalhos renovadores – o próprio Campos Coelho; o José Murilo –, mas não são trabalhos do foro de uma tese de doutorado. E agora que eu reli... Eu já tinha lido, quando fiz a pesquisa para o mestrado e tal, e fui reler e me chamou mais a atenção essa novidade, por exemplo, de tomar a instituição como um objeto legítimo de pesquisa, e não cair naquele esquema das lutas de classe, os braços armados da burguesia e tal, ou de não cair na armadilha das classes médias ou, enfim, daquela história militar mais tradicional e tal. Tem uma série de coisas que são, ainda são, em alguma medida, muito modernas, mas que abriram um campo de pesquisa, que, num primeiro momento, foi muito ocupada pelos cientistas políticos. Depois vai ter antropólogos, alguns, dentre eles, me filio nessa linhagem, mas, se tivesse sido publicada ali em 1979 ou 1980, ela teria sido realmente um grande marco. E hoje, muitas vezes, as pessoas citam o Campos Coelho, citam o José Murilo, mas não conhecem a tese. Ouviram dizer, mas não leram. Então, só para entender o que aconteceu...

A.B. – Foi uma história *trágica*. Um cientista social brasileiro que estudava militares armou um acampamento, quando eu cheguei aqui, para publicar a tese por uma editora de um amigo

dele, e ele se propôs a traduzir a tese. Só que ele era um sociólogo que também tinha interesse em estudar militares. E ele era um péssimo tradutor. Então ele foi traduzir, mas, na realidade, ele não traduzia; ele interpretava o que eu dizia. E aí esse negócio foi gerando uma série de mini conflitos que culminaram com um negócio que... Aí já tinha passado dois ou três anos, a tese já estava ultrapassada. Mas, se algum dia vocês quiserem publicar, está disponível.

C.C. – Mesmo assim, passando dois ou três anos, você não achou que podia ser publicada?

A.B. – Eu não sou dado a essas coisas não, honestamente. Essa parte da política acadêmica de ir atrás, ver, negociar com o editor... Nunca fui atrás. Se alguém for, eu prometo que não faço objeção. Se é que ainda tem algum cabimento.

C.C. – Mas a recepção aqui no Brasil... Quando você defende a tese, você tem esse grupo – o Campos Coelho já tinha publicado o livro dele; o José Murilo tinha publicado já aquele primeiro grande artigo sobre o poder desestabilizador, *As Forças Armadas na Primeira República*, e depois ele vai fazer, em 1980, o outro sobre o primeiro governo Vargas; e, enfim, eu não me lembro mais quem. O Eurico, talvez, tinha já feito alguma coisa, já tinha feito a tese de mestrado dele, o Eurico de Lima Figueiredo...

A.B. – O Eurico, eu acho que ele tinha feito a tese de mestrado. Foi ele o cara da tradução.

C.C. – Ah! Está bom.

A.M. – A gente não podia perguntar.

C.C. – É. Eu fiquei curioso.

A.B. – Não, tudo bem.

C.C. – Mas como é que foi recebida, nesse pequeno grupo...? O Eliézer ainda não tinha...

A.B. – Não. O Eliézer era menino, nessa época.

C.C. – Mas esse grupo que estudava militares... E você defendeu uma tese de doutorado. Eles não tinham defendido o doutorado. Quer dizer, o José Murilo era outro assunto, não é? É muito boa a tese, mas, enfim, o trabalho sobre militares foi uma coisa, vamos dizer, secundária, em relação a essa linhagem. Não que não tenha sido muito importante. Chegou a ser discutido? Você deu seminário, palestra, conversou, ou não?

A.B. – Não tinha muito seminário nessa época. Tinha conversas. A única pessoa que explicitamente me disse que não gostou da tese foi o José Murilo.

C.C. – Por quê?

A.B. – Não sei. Não me disse. “Porque eu não gosto da sua tese; acho que não tem originalidade nenhuma e tal e coisa.”

C.C. – Disse na época?

A.B. – Na época. Fora disso, não. Em suma, ela estava disponível aí. Tinha na biblioteca do Iuperj, tinha em várias bibliotecas, e depois desse *affair* longo com o Eurico de Lima Figueiredo, acabou, e eu achei que tinha passado o tempo. A vida mudou, eu fui fazer outras coisas e...

A.M. – Mas depois, alguns anos depois, você publicou, sobre indústria...

A.B. – Ah! Aí eu comecei a...

A.M. – ...com o Eliézer, na Papyrus.

A.B. – Eu trabalhei... Pois é, vários artigos que me pediram, eu fiz: escrevi várias coisas sobre a indústria bélica nascente nos Estados Unidos, inclusive um artigo sobre o papel dos adidos militares, como ele muda, quando você é um país consumidor de armas ou quando você pretende ser um país produtor de armas.

A.M. – Mas isso foi mais a pedido...? Foram artigos escritos a pedido de colegas?

A.B. – As pessoas que me conheciam e me convidavam para seminários e tal e coisa. Então tem várias coisas que eu fiz nessa direção.

C.C. – Agora, Alexandre, uma... Pode ser uma pergunta de interesse muito pessoal, mas esse pequeno grupo, o José Murilo, mesmo dizendo que não gostou da sua tese, mas você, o Campos Coelho, essas pessoas, basicamente, olhando retrospectivamente, tiveram a originalidade de serem cientistas sociais fazendo algo diferente do que, vamos dizer, a tradição marxista tradicional fazia, de já ter as respostas de saída, ou do que é coisa da classe média e tal. Vocês estavam tomando a instituição militar, primeiro, como um objeto legítimo de estudo. Então, precisa estudá-los. E segundo, fazendo dialogar com a tradição das Ciências Sociais mais geral. De alguma maneira vocês tinham alguma, vamos dizer, identidade de...? Não de uma escola, não se trata disso, mas de alguma preocupação comum, diferente de outras pessoas, que podiam ver com estranheza esse tipo de trabalho. Ou isso não...?

A.B. – Não.

C.C. – Não havia essa comunidade intelectual?

A.B. – Não, por exemplo... Quer dizer, nessa época, eu trabalhei um tempo na Fundação; trabalhei um tempo no Iuperj; me dava muito com o...

C.C. – Aqui na Fundação, na Ebape?

A.B. – Na Ebape. Mas isso foi antes de ir para os Estados Unidos.

C.C. – Mas, para o Iuperj, quando você foi para o Iuperj...

A.B. – Quando eu voltei para o Iuperj, tudo bem. O José Murilo me disse que não gostava...

C.C. – Mas ele já estava lá no Iuperj.

A.B. – Já estava lá no Iuperj.

C.C. – O Campos Coelho, também. Em que ano você foi para o Iuperj?

A.B. – Em 1978. Foi quando eu cheguei, eu acho. Eu fiquei lá de 1978 a 1985, se não me engano.

A.M. – Foi em 1979.

C.C. – Você não ficou um pouquinho, depois do doutorado, com um pós-doutorado lá em Chicago, da Rockefeller Foundation?

A.B. – Fiquei um ano, com essa pesquisa sobre a perspectiva de conflito internacional.

C.C. – Ah! Isso que te levou a ir direto lá para... Você contou o episódio...

A.B. – Da Bolívia.

C.C. – Da Bolívia.

A.B. – Que eu viajei pelos... Mas foi uma pesquisa que eu mesmo fiquei amedrontado com o resultado dela.

C.C. – Então, o Iuperj, de 1979 a 1985, é a data que a gente tem. E como é que era o Iuperj nessa época? Ele tinha dez anos de existência, mais ou menos.

A.B. – Bom, a primeira coisa é que eu sempre fui um *outsider* no Iuperj. Aliás, eu acho que eu sempre fui um *outsider* em todo lugar. Eu não era de corriola, eu não era... Eu me dava muito, no Iuperj, com o Simon e com o Wanderley, nessa época. Tinha outras pessoas lá que não

gostavam de mim. E eu cometi um grande crime: eu comecei a ganhar dinheiro fazendo consultoria. E aí eu fui expulso do Iuperj. Expulso...

C.C. – Expulso como? Expulso mesmo?

A.B. – Expulso. Demitido, expulso, esquartejado e os pedaços pendurados entre a Vila Rica e o Rio de Janeiro, para que ninguém mais tivesse a tentação de libertar Portugal dos Estados Unidos, mais ou menos feito o Tiradentes. Fui expulso mesmo: perdi...

C.C. – Por causa das consultorias?

A.B. – Por causa das consultorias.

C.C. – Mas outras pessoas não faziam coisas similares?

A.B. – Pois é, mas aí foi o que o Helgio Trindade me disse, quando ele me entrevistou. Ele disse assim: “Puxa vida! Você foi punido por um negócio que você foi pioneiro”. A versão para que isso tenha virado uma coisa maldita varia – cada pessoa que você for conversar vai ter uma versão ligeiramente diferente –, mas eu... Em suma, o Iuperj rompeu comigo. Fizemos uma reunião lá e exigiram que eu mostrasse um trabalho de consultoria que eu tinha feito para um banco, que era um estudo da elite que ia assumir o governo, no governo do Tancredo Neves. Eles me contrataram, então eu estudei todo o pessoal que apoiava o Tancredo, fiz uma mini biografia de cada um e fiz uma interpretação. E eles me deram um mês de vantagem. Quer dizer, eles exigiram, esse banco exigiu um mês de vantagem. Ele disse o seguinte: “Nós queremos exclusividade sobre o seu trabalho durante o primeiro mês; depois você pode vender”. Aí eu cometi um... Eu deixei o que um grande amigo meu chama de “um revólver fumegante”. Eu fiz uma carta e mandei para uma porção de gente, oferecendo para vender o trabalho, e fiz uma coisa que era muito comum no Iuperj naquele tempo: as pessoas escreviam no *stationery* do Iuperj, mandavam no envelope do Iuperj. Eu mandei, sei lá, 400 e tantas cartas, para a lista que eu tinha. Fiz essas cartas, etiquetei, botei numa mala, levei para os Estados Unidos e botei todas elas no correio lá. E um dia chegou uma resposta no Iuperj, ou alguém deu um telefonema, aí teve uma secretária lá que deu um alarme. Aí eu virei o demônio. E aí

teve esse julgamento lá e exigiram que eu mostrasse o trabalho. Eu escrevi uma carta para os membros do corpo docente e, na reunião, com todo o cerimonial de um tribunal de Inquisição, me disseram: “Bom, agora nós vamos passar para a segunda parte”. O César Guimarães queria dispensar os *boys*. Eu disse: “César, que bobagem é essa?! Dispensar os *boys* porque vocês vão fazer uma reunião a meu respeito?”. Aí eu fui ao banheiro, e quando eu voltei, eu disse: “Olha, tem uma carta para cada um de vocês na caixa de correio de cada um de vocês, e vocês podem se reunir à vontade e tomar a decisão que vocês quiserem que eu não vou estar aqui para constranger ninguém”. Então decidiram me demitir. Ia ser uma demissão sem justa causa, e eu cumpri a legislação trabalhista: fui trabalhar, aí, no segundo ou terceiro dia, o César Guimarães, que era o diretor nessa época, me chamou e me disse: “Você está constrangendo as pessoas. Não precisa mais vir aqui”. E aí eu fui expulso do Iuperj. E aí eu perdi o pé, porque aí eu não tinha mais grupo de referência nenhum. Aí eu virei mesmo foi consultor, e com muito sucesso.

C.C. – Não pensou em outro... a alternativa mais acadêmica, fazer um concurso, ir para alguma universidade?

A.B. – Eu nunca fui dado a concursos. Além do mais, naquela época, o concurso não era a coisa que é hoje. E eu... Tinha uma coisa que era meio dramática: o Iuperj era a elite, naquela época, a elite da Ciência Política, então eu não tinha outro grupo de referência. Aí eu disse: “Tudo bem”, e fui cuidar da vida, e comecei a fazer consultoria, intensifiquei esse negócio. Teve uma pessoa aí que teve um papel muito importante, que foi o diretor de Relações Institucionais da IBM, que se chamava Roberto de Castro Neves, e Roberto me disse: “Olha, você pode ficar tranquilo que a gente banca você até a sua consultoria ficar aprumada”. E, realmente, durante dois ou três anos a IBM foi minha cliente. E, enquanto isso, eu estava desenvolvendo novos clientes.

C.C. – Esse rompimento institucional foi também um rompimento pessoal?

A.B. – Foi. Foi pessoal. As pessoas não queriam saber de mim. Eu era intolerável. Depois desse episódio, eu fui ao Iuperj uma vez, porque eu precisei refazer a minha carteira profissional, então eu fui lá no Departamento Administrativo pedir que eles transcrevessem o que estava na carteira antiga, porque sei lá quem, um outro empregador, tinha achado que a minha carteira

estava muito velha, e o Wanderley me disse: “Boa tarde, professor”, no dia que eu fui buscar isso, e nunca mais.

C.C. – No Iuperj, você dava aulas também, além de fazer pesquisa?

A.B. – Dava. Dava aula e fazia pesquisa. E eu era um cara muito ativo, quer dizer, eu viajava muito, eu tinha muito convite para congresso. Aí tem todos os *papers* que eu apresentei. E foi curioso porque eu, nessa época, eu fazia isso, eu era comentarista da TV Globo, eu escrevia para jornal... Então, o negócio de ser comentarista da TV Globo, tinha uma coisa assim: “Ah, eu te vi na televisão”, “Ah, eu estava num hotel em Manaus e você de repente apareceu lá”, de pessoas do Iuperj. E uma vez, eu estava almoçando com a Luciana Villas-Boas, que era minha colega no *Jornal da Globo*, e a Luciana virou-se para mim e disse assim: “Você não está sentindo inveja no Iuperj? Você é um cara que viaja pelo mundo inteiro; você é razoavelmente famoso, você está na televisão, está na TV Globo”, – que era a TV *par excellence*, importante daquela época – “você é respeitado mundialmente”. Eu digo: “Não. O Iuperj é uma coisa maravilhosa, porque eles incorporam as coisas que você faz no currículo da instituição. Eu acho isso fantástico”. Quinze dias depois, eu tive um almoço com o Marcos Sá Corrêa, ele me fez a mesma pergunta, eu dei a mesma resposta. 20 dias depois estourou a crise, e aí eu fui expulso, esquartejado e desapareci.

A.M. – Nesse período que você estava no Iuperj e mesmo depois de ter saído do Iuperj, você foi presidente do Comitê de Pesquisa sobre Forças Armadas e Sociedade, não é?

A.B. – Fui. Nem me lembrava disso.

A.M. – Pois é. E era uma coisa importante, porque é da Ipsa.

A.B. – Pois é. Fui tudo isso. Mas isso aí é passado.

A.M. – Mas, pois é, porque era uma atividade de pesquisa muito importante, no momento que você foi demitido.

A.B. – Pois é. E tinha havido um congresso da Ipsa aqui, que o Candido fez, que acho que foi em 1982... Não.

C.C. – Em 1982, você assumiu o Comitê. Talvez tenha sido...

A.M. – É quando você assume o Comitê.

A.B. – Mas eu estava fora do Iuperj nessa época.

C.C. – Ah, está certo. Até 1988. Bom, foi a informação que a gente teve, na pesquisa.

A.M. –E a tua passagem como... Voltando um pouco, a tua passagem pela George Washington University...

A.B. – A George Washington University, eu tenho até hoje uma relação com eles. Tinha um sujeito chamado James Ferrer – tinha não; tem, ele está vivo – que era o ministro conselheiro da embaixada americana em Brasília, e nós nos conhecemos no âmbito da Escola Americana, das reuniões etc., porque meu filho estudou na Escola Americana. Como ele nasceu nos Estados Unidos, eu achei que era uma coisa importante que ele estudasse na Escola Americana. Retrospectivamente, não foi, não, mas naquela época eu achava que era uma boa ideia. E eu conheci o Ferrer, que foi... estava prestes a ser promovido para embaixador e não foi. Ele foi para... Ofereceram a ele um ministro conselheiro na Argentina. Aí ele pediu aposentadoria do Departamento de Estado e ficou meio solto por um tempo. E depois ele assumiu um... criou um Instituto de Estudos Brasileiros na George Washington. Vocês já ouviram falar...? Alguém já falou aqui de Gilberto Paim? Bom, Gilberto Paim era um velho comunista, de uma família comunista: Antônio Paim e Gilberto Paim, e tinha uma irmã. Até, quando a Maria Lúcia fez pesquisa, eu estava ajudando ela, a gente descobriu lá o processo deles. E o Gilberto depois virou um liberal e trabalhava com o Roberto Campos. Aí, um dia, o Gilberto me procurou, eu tinha conhecido ele através do Wanderley e nós fomos amigos até ele morrer, esse ano. Acho que ele morreu em agosto, por aí. Eu estava até lá no... tinha chegado em Washington, para dar aula lá. E ele disse que o Roberto Campos tinha convencido o Sérgio Andrade, que era o herdeiro – hoje em dia é o presidente – da Andrade Gutierrez, a dar um dinheiro para criar um

programa para educar funcionários públicos de carreira, brasileiros, gente que estava com perspectiva de subir, em economia liberal. Nessa época, eu já era claramente um liberal, já tinha rompido com a esquerda e tudo. Quer dizer, eu sempre fui um liberal; o problema é que durante muito tempo eu ainda tive essa sereia, esse canto da sereia da esquerda, porque era moda. E então o Gilberto me disse que eles estavam procurando uma universidade nos Estados Unidos para mandar turmas de 25 pessoas, a cada semestre, para fazer um curso específico para isso, e me contrataram profissionalmente para ir fazer uma pesquisa e descobrir esse negócio. E eu pesquisei algumas universidades, inclusive Chicago, o Departamento de Economia, mas o então chefe, que era o José Alexandre Scheinkman, não quis saber disso. Eu acho que era uma coisa que estava muito... Ele achava que estava muito abaixo do prestígio dele. E o Ferrer tinha acabado de montar esse Instituto de Estudos Brasileiros na George Washington, e eu fui lá e descobri que era um lugar muito bom para fazer esse programa, porque não era só um programa acadêmico. Chicago é um lugar para você ir fazer uma tese, porque você fica trancado na biblioteca. E tinha muita visita... Você tem muita oportunidade de visita a organizações internacionais, empresas de lobby, agências governamentais, em Washington, e nós resolvemos então colocar o Programa Minerva na George Washington University. Então eu fui o sujeito que deu o conselho ao Gilberto Paim, para que o dinheiro do Sérgio Andrade e o intelecto do Roberto Campos criassem esse programa na George Washington. E eu dou aula lá desde então. Isso foi em 1993 ou 1994. Vai fazer 20 anos. Então todo ano eu vou lá, em janeiro e em agosto, e dou as duas primeiras aulas do Programa Minerva, que é um programa que o objetivo era ter 25 estudantes, mas nem sempre tinha dinheiro. Enquanto o Campos era vivo, o Campos tinha autonomia e presença para ligar para o Gerdau e dizer assim: “Gerdau, cadê aquelas duas bolsas que você prometeu?”. Quando o Campos morreu, foi um grande baque, e morreram outros empresários – o Rolim Amaro era um grande financiador – e hoje em dia o programa sobrevive e tem entre 10 e 12, às vezes 14 alunos, dependendo do dinheiro que o Jimmy consegue mobilizar, e é esse programa semestral: eles vão lá para Washington e ficam de janeiro a maio ou de agosto a novembro.

C.C. – Antes ainda de voltar para o Brasil de vez, você passou um tempo na Universidade da Flórida, um semestre?

A.B. – Passei. Eu dei aula... Antes disso eu dei aula na American University e na Universidade de Georgetown, como uma coisa que não tinha esse nome, mas as pessoas apelidaram de Simón Bolívar professorship, porque era um negócio financiado pela OEA. Então eu fiquei um semestre morando em Washington, eu, a Maria Lúcia e o nosso filho pequeno. E depois o Gláucio Soares foi... ia passar um semestre fora e me perguntaram... ele indicou meu nome e a Universidade da Flórida perguntou se eu teria interesse em passar um semestre lá, substituindo-o, que seria de janeiro a junho de 1978, não sei, por aí. Não me lembro das datas. E eu fiquei lá um semestre e depois voltamos para o Brasil e aí foi a ocasião que eu fui para o Iuperj.

A.M. – E a gente comentou aqui que você deu um seminário sobre relações civis e militares. Foi esse da Georgetown? Ou foi na George Washington?

A.B. – Não. Foi na American e, depois, na Flórida.

A.M. – Os seminários foram sobre relações civis e militares?

A.B. – É. Era um seminário acadêmico, quer dizer, era um curso do currículo. Na Georgetown, não, eu dei um curso sobre... dividi um curso com um outro cara lá sobre política latino-americana ou uma coisa assim.

C.C. – A sua tese teve alguma leitura, repercussão, alguma coisa na ESG, ou não? Ou você nunca soube?

A.B. – Não sei. Nunca soube.

C.C. – Chegou a mandar para lá um exemplar?

A.B. – Não. Para lá, não.

C.C. – Você deu para o Bina.

A.B. – Dei uma cópia para o general Bina Machado.

C.C. – Que já não estava mais no comando.

A.B. – Não. Já estava reformado. Ele se reformou inclusive enquanto estava lá. Agradei muito a ele.

A.M. – Depois você nunca conversou...? Porque quando o Eliézer lhe convidou para escrever sobre indústria bélica, era uma coleção que ele dirigia na Papyrus, isso foi em 1987.

A.B. – É, eu já tinha escrito outras coisas sobre indústria bélica, adidos militares etc.

A.M. – Foi daí que surgiu o convite?

A.B. – Talvez tenha sido.

A.M. – Ou foi...? Você nunca conversou sobre isso...

A.B. – Não, nunca soube.

A.M. – ...de por que recebeu o convite?

A.B. – Eu recebia vários convites. Eu estava aí rodando pelo mundo. Os meus alunos perguntavam: “Como é que você faz para viajar tanto?”. Eu disse assim: “Sempre que me convidam, eu aceito. E depois que eu aceitei, eu pergunto o que é que tem que fazer”. E eu tenho inclusive um artigo que algumas pessoas gostam muito e outras pessoas odeiam – as pessoas que gostam muito dizem que é porque eu contei a verdade e as pessoas que o odeiam dizem que é porque eu contei a verdade –, que se chama *Você quer ir a Paris? Ou de como eu me tornei especialista em não sei o quê, não sei o quê*, que foi isso. Eu trabalhava aqui, o meu chefe era o Simon, então foi em 1974 ou 1975, o Simon entrou na minha sala e disse assim: “Você quer ir a Paris?”. Eu digo: “Quero. O que é que tem que fazer?”. Ele disse: “Tem que fazer um *paper* sobre tomada de decisão de políticas governamentais com um suporte acadêmico e tal e coisa”. Aí eu discuti isso, resolvi, pensei, chamei a Argelina Figueiredo para

trabalhar comigo, fizemos uma monografia, que também não foi publicada, e eu fui a Paris e depois fui a uma série de outros lugares, e daí para frente eu comecei a viajar muito. Porque era isso, eu perguntava o que tinha que fazer e eu... “Tudo bem. Qual é a obrigação?”

C.C. – Mas por que os que o odeiam, odeiam?

A.B. – Porque eu contei essa história. Não podia contar essa história. Quer dizer, isso acabava com a mitologia. Eu contei. Foi assim, o Simon entrou na minha sala e me perguntou: “Você quer ir a Paris?”. Eu digo: “Quero. O que é que tem que fazer?”. “Tem que fazer um *paper* sobre isso.” E as pessoas sempre gostam de vestir os interesses acadêmicos delas, de que “não, isto foi fruto de muitos anos de pesquisa, um negócio que evoluiu”. Coisa nenhuma! A maior parte das coisas que acontecem na academia é por acidente desse tipo. Então eu contei. Eu tenho esse bom hábito, que eu gosto, mas que não é muito salutar em termos de relação com as pessoas, de dizer isso, “a vida é assim”.

C.C. – Em 1985, ou meados da década de 80, estavam começando a surgir, um pouco depois, se não me engano, o Núcleo de Estudos Estratégicos da Unicamp, com o Eliézer e aquele coronel Cavagnari; depois, aqui na UFF, o René Dreifuss, o Eurico... Esses Núcleos de Estudos Estratégicos. Os Grupos de Estudos Estratégicos tinham a ver com uma tentativa, por um lado, de entender a transição, os cenários novos e tal, como é que seria esse novo arranjo; por outro, em alguma medida, alguns, de ser uma espécie de mediação entre, vamos dizer, uma parcela, talvez, dos militares e fazer essa ponte. Você de alguma forma acompanhou? Ou não se interessou? Nunca foi chamado?

A.B. – Eu acompanhei e participei. Mas é o que eu disse, eu não sou, por personalidade, eu não sou uma pessoa muito gregária nem muito organizadora. Eu... “Ah, vamos montar um grupo sobre isso.” Eu dizia: “Essas coisas dão muito trabalho”. Eu sempre fui muito individualista nesse sentido, e por isso nunca pertenci a grupos, no sentido de lealdades e tudo isso. Então eu colaborei com o Eliézer e participei de várias coisas, de várias reuniões, e escrevi vários *papers*, mas não me interessei por entrar em nada disso, não. Definitivamente, eu não sou uma pessoa organizável. Quer dizer, eu nunca fui um grande militante político, se fosse de Ação Popular

ou de qualquer outro partido, porque eu também perdia o interesse rapidamente. Quando o negócio virava rotina, eu dizia: “Não, agora eu quero fazer outra coisa”.

C.C. – E a passagem definitiva para o mundo da consultoria, como é que foi?

A.B. – Foi com a minha expulsão do Iuperj.

C.C. – Sim. Mas como é que você se adaptou a esse mundo só da consultoria, vamos dizer?

A.B. – Bom, como eu disse, eu perdi o chão, porque todos os meus grupos de referência desapareceram. Aí aconteceu uma coisa por acaso. A Maria Lúcia foi convidada para uma posição em Brasília, e ela me perguntou: “Você vai?”. Eu digo: “Vou. Tem telefone e tem avião, para mim está bom”. E naquela época havia uma vantagem comparativa de você estar em Brasília, para a clientela de consultoria. Praticamente, nessa época, os pioneiros disso foram: o Walder de Góes e eu. Então eu estava lá, muita gente me consultava, me chamava, me contratava, me chamava para ir para o exterior para fazer palestra, ou mandavam pessoas para lá. E aí eu me mudei para lá e fiquei como consultor, dessa época da mudança praticamente até ser contratado por uma universidade lá em Brasília para ser pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação, onde eu montei um mestrado...

C.C. – No Unieuro?

A.B. – É. Mas aí eu descobri que essa história de montar mestrado em faculdade particular, em geral, é feito uma moça que quer muito um convite para um baile, ou seja, a faculdade quer entrar no negócio da pós-graduação porque é importante o mestrado, e aí, depois que ela aceita o convite para o baile, ela descobre que o vestido é muito caro. Porque você manter um mestrado... E na Unieuro era isso: tinha que ter 12 professores em 40 horas que produzissem não sei o quê... A família Fecury, que é dona do Unieuro, aguentou durante dois anos e meio, basicamente porque tinha um reitor que eles tinham contratado para fazer essa transição, e depois ele saiu de lá e aí desmontou tudo. O mestrado está lá, existe. Acho que o de Administração foi fechado e, basicamente, todos os professores veteranos foram demitidos.

A.M. – E lá você orientou dois alunos, duas dissertações sobre Polícia Militar.

A.B. – É. Um deles é esse que eu disse que fez o curso da ESG, que é um coronel da Polícia Militar chamado Marcos de Araújo; o outro é um praça da Polícia Militar chamado Alessandro de Paula Rezende, eu acho. E o Alessandro está a caminho de um doutorado na Flacso do Equador e é soldado da Polícia Militar. Ele não pode largar a Polícia Militar porque ele tem não sei quantos anos acumulados, aposentadoria, mas ele está sentindo esse drama. Outro dia ele me ligou e disse: “Professor, está um drama danado, porque eu sou cabo e eu não posso dar aula para oficial, apesar de estar na beira de um doutorado”. Então tem esses conflitos que você estava falando, da hierarquia militar com a hierarquia acadêmica, que você vive lá na Eceme, tem aí. Mas eu orientei o trabalho do Alessandro, que foi uma pesquisa empírica por questionário, e o Marcos, que eu não me lembro mais o que ele fez, mas ele fez alguma coisa interessante.

A.M. – É interessante que você voltou novamente nas duas pontas: um soldado da Polícia Militar e um coronel que foi para a ESG.

A.B. – É. Ele está lá. Deve estar terminando o curso... Ele deve ter terminado o curso agora. Casou-se com uma colega de turma, tiveram uma filhinha, e aí um dia ele disse: “Olha, professor, eu vou para a ESG”. Eu disse: “Boa sorte”.

C.C. – Na consultoria, você chegou a alguma vez ter que lidar com pesquisa sobre os militares, quer dizer, cenários de risco, vai ter golpe ou não vai, esse tipo de questão?

A.B. – Isso existia no início. Depois não. Quer dizer, depois, esse fantasma do golpe foi desaparecendo. Mas tinha, quer dizer, tinha uma grande preocupação. Mas não era mais com o golpe. Por exemplo, a IBM, que foi minha cliente durante muito tempo, o grande interesse da IBM era a reserva de mercado: era poder ou não poder importar computadores. E por aí vai. Mas não tinha mais. Isso já estava acabado. E teve aquele grupo que eu comentei com vocês, de oficiais superiores, brigadeiros etc., da Aeronáutica que se juntaram e convidaram uma série de cientistas sociais para explicar a eles como é que ia ser a vida deles depois da abertura. E

isso se reuniu várias vezes. Eu fiz boas amizades. Deve ter sido por isso que eu, em algum momento, ganhei aquela medalha lá, que eu não sabia o que fazer com ela.

C.C. – A medalha do...? Da Aeronáutica?

A.B. – É o equivalente da Medalha do Pacificador. Acho que se chama Ordem de Santos Dumont. Eu sei lá! Um dia me disseram e eu fui, apareci lá. E chegou um cara para mim e disse: “Ah! Você está recebendo uma medalha? Em que grau?” Eu digo: “Nem sei”, e meti a mão no bolso, tirei... “É grau de oficial.” Aí a mulher disse: “Meu marido é comendador”. Não tenho a menor ideia disso.

A.M. – Eu queria voltar um pouco na história do Colégio Interamericano de Defesa.

A.B. – Vamos lá!

[FINAL ARQUIVO II]

A.M. – Mas eu queria perguntar um pouco... Enquanto você estava nos Estados Unidos, teve uma experiência de uma palestra no Colégio Interamericano de...

A.B. – Não, não foi enquanto eu estava, eu ia lá muito, fosse por conta do Programa Minerva ou fosse por conta de outras coisas.

A.M. – Isso foi em que ano?

A.B. – Foi no governo Collor. Não me lembro quando, em que ano exatamente. Eu encontrei socialmente, na casa de uns amigos, com um sujeito que me reconheceu, que tinha sido meu colega no ginásio e que era um oficial da Marinha, um capitão de mar e guerra, que soube o que eu fazia, ficou muito impressionado e me convidou para fazer uma palestra no Colégio Interamericano de Defesa. Ele disse: “Olha, você sabe, a gente não tem dinheiro para te trazer do Brasil. Mas como você está aí a toda hora...”. E, realmente, naquela época, de dois em dois meses eu estava nos Estados Unidos. “Numa hora que você viesse... A gente vai te pagar”, acho

que eram 500 dólares, “manda buscar você em casa, faz todo o cerimonial.” E eu fui fazer. E o tema que me foi pedido era: problemas de longo prazo da sociedade brasileira. E eu escolhi falar de dois temas que os militares ficam em pânico, que é racismo e secessão. Hoje, eu acho que a secessão é menos provável, mas não está eliminada, não. Na minha visão de risco, não está eliminada. E aí eu falei sobre isso e falei que o Brasil era um país racista. E aí um oficial da Aeronáutica ficou enfurecidíssimo comigo. Quando terminou a minha palestra, ele botou o dedo na minha cara e disse assim: “Com pessoas como o senhor, o Brasil não precisa de inimigos externos”. Depois eu soube que era porque cada oficial tinha que fazer uma palestra quando chegava no Colégio Interamericano, sobre um tema de seu país, e ele tinha feito exatamente uma palestra dizendo que o Brasil não tinha racismo nenhum, que o Brasil era uma sociedade completamente democrática racialmente, *vide* o caso, naquela época, que estava em evidência, da Xuxa e do Pelé. Bom, aí, acabou isso... Teve um tititi lá em Washington e acabou. Três anos depois, meu amigo da Marinha me liga e vai me visitar em casa, numa reunião que eu fiz lá em casa, e ele me disse que ele levou duas caronas, para ser promovido a almirante, porque houve uma Comissão de... um Inquérito Policial Militar, ou lá o nome que tenha, na Marinha, por conta de denúncia de oficiais do Exército e da Aeronáutica que ele tinha convidado um subversivo para fazer uma palestra no Colégio Interamericano de Defesa.

C.C. – Isso foi em que ano?

A.M. – Foi no governo Collor.

A.B. – A palestra foi no governo Collor. Esse episódio de eu tê-lo reencontrado com ele servindo em Brasília, acho que foi três anos depois. Eu fiquei absolutamente passado, porque eu não imaginava que a coisa que eu dissesse pudesse ter uma consequência desse tipo na carreira de uma pessoa que era, basicamente, minha amiga. E aí aconteceu esse negócio. E quando eu fui convidado para... quer dizer, quando me comunicaram que eu tinha sido selecionado para receber essa Medalha do Mérito Aeronáutico, o sujeito que me mandou a carta para dizer onde é que eu iria receber e como é que iam organizar lá o cerimonial era esse coronel da Força Aérea lá do Colégio Interamericano de Defesa, que já era brigadeiro, era chefe de gabinete do ministro ou do comandante da Defesa – não me lembro mais, nessa época, o que era mais – e ele falou comigo, disse: “Professor, tudo bem?”, e na hora de espetar a

medalha, foi ele que espetou. Só faltou bater continência para mim, porque também não estava prevista no cerimonial. Então é isso. São aventuras, desventuras e estripulias.

C.C. – Muito bem, Alexandre. Tem uma pergunta que a gente sempre faz para todos os entrevistados, mais uma curiosidade intelectual: se você tivesse que destacar um livro, sobre a sua formação de cientista social, as coisas que você leu, um livro que você ache que foi decisivo, ou mais importante, alguma leitura que você tenha...?

A.B. – *O soldado profissional*, do Morris Janowitz, que foi um negócio, assim, que norteou minha tese de doutorado e muitos anos posteriores. Foi o livro que mais me chamou a atenção. E que também era um livro pioneiro nos Estados Unidos. Ninguém tinha feito nada sobre os militares. Tinha alguma coisa...

C.C. – O Huntington tinha feito...

A.B. – O Huntington tinha feito *O soldado e o Estado*, mas o negócio do Huntington era muito a relação dos militares com o poder. E o do Janowitz, não, era pé no chão, quer dizer, como é que é o militar profissional: o que ele pensa, por que ele pensa assim. Então foi um livro que teve uma influência muito grande na minha formação.

C.C. – Bom, muito obrigado...

A.B. – Foi um grande prazer. Obrigado pelo convite.

C.C. – ...pela entrevista, e em particular para nós, que temos esse tema de interesse, também, de estudar militares.

A.B. – Tudo bem. Se vocês de alguma maneira conhecerem alguém que queira publicar a minha tese e traduzir, pode fazer. Eu não tenho... Honestamente, eu não tenho disciplina pessoal para cumprir esses cerimoniais burocráticos desse tipo de coisa.

[FIM DO DEPOIMENTO]

